

NORMA INTERNA Nº 2801/2023/AGEVAP

Assunto: Institui na AGEVAP matriz e em sua filial AGEDOCE a Política de Privacidade, o Programa de Governança em Privacidade, o Plano de Gestão de Crises com Dados Pessoais, o Comitê de Segurança de Dados e Informação e dá outras providências.

Referência: Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Pregão nº: 07/2023; Processo administrativo nº. 00001.000133/2023.

Considerando a competência prevista no art. 25, do Estatuto Social da AGEVAP, regulamentado pelo art. 32, do Regimento Interno: “as decisões da Diretoria-Executiva são denominadas Normas Internas – Nis e assinadas pelo Diretor-Presidente”.

O Diretor-Presidente da AGEVAP

Resolve:

Art. 1º – Instituir na AGEVAP matriz e em sua filial AGEDOCE:

- I. Política de Privacidade, acessível aos colaboradores e ao público externo pelo site da AGEVAP.
- II. Programa de Governança em Privacidade, acessível aos colaboradores pela intranet da AGEVAP.
- III. Plano de Gestão de Crises com Dados Pessoais, com acesso restrito aos colaboradores pela intranet da AGEVAP e comitês de bacias hidrográficas e órgãos gestores mediante a solicitação de acesso ao encarregado de dados da unidade.

Art. 2º – Institui o Comitê de Segurança de Dados e Informação com a seguinte composição:



AGEVAP

Membro	Cargo
Lívia Corrêa Silva	Assessora Di-Presi RSD
Leandro Barros Oliveira	Gerente de Gestão Estratégica
Diego Chagas dos Santos	Gerente Administrativo
Simone Moreira Rodrigues Domiciano	Analista Administrativo
Magno Diego Pereira Costa	Especialista Administrativo

AGEDOCE

Membro	Cargo
Alex Cardoso Pereira	Assessor Di-Presi GV
Caroline Bacelar Cândido Bessa	Analista Administrativo
Michelle Aparecida Figueiredo e Souza	Analista Administrativo

Parágrafo único. As funções do Comitê de segurança de dados e informação são definidas e atualizadas por meio do Programa de Governança em Privacidade e do Plano de Gestão de Crises com dados Pessoais e suas revisões.

Art. 3º – Para a execução do Plano de gestão de crises com dados pessoais, fica definido que:

- I. O GRI – Grupo de Resposta Imediata: grupo que recebe, analisa e responde notificações e atividades relacionadas a crise, será composto pelos profissionais da assessoria jurídica e gerenciadora de T.I. contratada, além do setor de protocolo da AGEVAP.



- II. TRI – Time de Resposta a Incidentes: o "Time de Resposta a Incidentes" será definido por Norma Interna conforme necessidade (ocorrência de incidente).

Art. 7º – Esta Norma entra em vigor na data de sua assinatura, sendo os casos omissos resolvidos pelo Diretor-Presidente da AGEVAP.

Resende, 22 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUÍS DE PAULA MARQUES

Diretor-Presidente AGEVAP – Matriz e Filial



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

JUL/2023



SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL	3
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES	4
3. PARA QUE PROCESSAMOS DADOS	7
4. QUAIS DADOS COLETAMOS OU TRATAMOS	9
5. QUEM TEM ACESSO AOS SEUS DADOS E PARA QUEM TRANSFERIMOS SEUS DADOS	11
6. OS SEUS DIREITOS	14
7. SISTEMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	15
8. GESTÃO DE INCIDENTES	15
9. METODOLOGIA DE PROJETOS	16
10. INVENTÁRIO DE DADOS	16
11. SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS	16
12. UTILIZAÇÃO DO NOSSO WEBSITE – COOKIES	17
13. MONITORAMENTO PASSIVO E ATIVO DOS DISPOSITIVOS CORPORATIVOS	18
14. RECLAMAÇÕES E DÚVIDAS	18
15. CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	19
16. ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES	19

1. VISÃO GERAL

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP – e sua Filial de Governador Valadares/MG - AGEDOCE são eventualmente responsáveis pela coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais na consecução de seus objetivos corporativos.

O tratamento cuidadoso destes dados é uma das prioridades para nós. Para tanto, cumprimos as normas e regulamentações aplicáveis, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Esta política de privacidade se aplica ao nosso site e aos nossos processos corporativos internos e externos que tratam dados pessoais.

Cada um de nossos operadores de dados pessoais (ex.: nossos fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, etc.), possui sua própria política de privacidade, cujo conteúdo será de responsabilidade deles.

Esta política fornece uma visão abrangente do processamento de dados pessoais na nossa empresa, suas finalidades e bases legais, bem como os direitos dos titulares e como exercê-los.

Quando houver a necessidade de seu consentimento, nós lhe informaremos e solicitaremos o seu consentimento específico para aquele fim.

Vale lembrar que adotaremos medidas técnicas e organizacionais para proteger seus dados pessoais.

No tratamento de seus dados pessoais utilizamos as seguintes premissas/princípios:

- Tratar dados pessoais de forma justa e legal;
- Avisar aos titulares sobre o tratamento de seus dados pessoais e sobre os seus direitos;

- Coletar dados pessoais para finalidades específicas e legítimas e não realizar nenhum outro tratamento que seja incompatível com tais finalidades;
- Armazenar os dados pessoais de forma adequada;
- Na medida do possível, manter os dados pessoais corretos e atualizados;
- Tratar os dados pessoais de forma que seja razoável e não excessiva para as finalidades para as quais são coletados e processados;
- Armazenar os dados pessoais pelo tempo que for necessário para os objetivos; e
- Proteger os dados pessoais com medidas de segurança físicas, técnicas e organizacionais apropriadas para evitar acesso não autorizado, tratamento ilegal, perda, destruição e dano não autorizado ou acidental.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Adequação: compatibilidade do tratamento de dados com as finalidades informadas ao titular, conforme o contexto do tratamento.

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD: órgão da administração pública responsável por zelar, implantar e fiscalizar o cumprimento da LGDP.

Avaliação de Legítimo Interesse (LIA): verificação do enquadramento em bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais sem a necessidade do consentimento do titular.

Bases legais: fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais para uma determinada finalidade prévia por parte da AGEVAP e/ou AGEDOCE;

Consentimento: autorização expressa e inequívoca dada pelo Usuário titular do dado pessoal para que a AGEVAP e/ou AGEDOCE tratem seus dados pessoais para uma finalidade previamente descrita, na qual a base legal necessária para o ato demande a autorização expressa do titular;

Controlador: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Dados pessoais: Significa quaisquer informações fornecidas e/ou coletadas pela AGEVAP e/ou AGEDOCE, por qualquer meio, ainda que públicos, que: (I) quando usadas em combinação com outras informações tratadas pela AGEVAP e/ou AGEDOCE, identifiquem um indivíduo; ou (II) por meio das quais a identificação ou informações de contato de uma pessoa física possam ser derivadas. Os dados pessoais podem estar em qualquer mídia ou formato, inclusive registros eletrônicos ou computadorizados, bem como em arquivos baseados em papel. Os dados pessoais, no entanto, não incluem telefone comercial, número de celular comercial, endereço comercial, e-mail comercial;

Dados pessoais sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural;

Encarregado, Encarregado de Dados ou DPO (Data Protection Officer): pessoa indicada pela AGEVAP e/ou AGEDOCE para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Entidade Delegatária: entidade dotada de personalidade jurídica própria, descentralizada, sem fins lucrativos e de interesse social, que integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e cumpre a função social de Agência de Água, prevista na Lei 9.433/1997, para

um ou mais Comitês de Bacias Hidrográficas. Exemplo: AGEVAP e AGEDOCE.

Finalidade: o objetivo, o propósito, que a AGEVAP e a AGEDOCE desejam alcançar a partir de cada ato de tratamento das informações pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Privacidade desde a concepção (Privacy by Design): metodologia na qual a proteção de dados pessoais é pensada desde a concepção de sistemas, práticas comerciais, projetos, produtos ou qualquer outra solução que envolva o manuseio de dados pessoais.

Privacidade por padrão (Privacy by Default): metodologia na qual a privacidade é instituída em todas as ferramentas por padrão, ou seja, a configuração padrão irá conferir uma maior expectativa de privacidade ao titular de dados pessoais.

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Titular de Dados: qualquer pessoa física cujos Dados Pessoais são processados no âmbito de um processo que se enquadra no escopo desta Política;

Tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3. PARA QUE PROCESSAMOS DADOS

A utilização de nossos sites não requer a revelação de sua identidade. Contudo, se pretender entrar em contato conosco, eventualmente, solicitaremos seu nome e e-mail. É de sua escolha inserir esses dados.

A partir do momento em que constituímos ou pretendemos constituir uma relação jurídica (seja como cliente, empregado, prestador de serviço ou demais terceiros relacionados), coletamos e tratamos seus dados pessoais para consecução do objetivo deste relacionamento.

Os dados pessoais que necessitamos para fornecimento de nossos serviços não são sujeitos a consentimento e os utilizaremos para finalidades específicas.

Quando tratamos seus dados com o fundamento de legítimo interesse, daremos a devida transparência e respeito aos direitos dos titulares.

Não utilizaremos seus dados pessoais para uso secundário, exceto se houver consentimento específico para este fim.

A coleta e/ou tratamento de seus dados pessoais ocorrem em razão de finalidades específicas, como:

- Gerenciamento administrativo;
- Elaboração, celebração e gestão de instrumentos contratuais;
- Cadastro e gerenciamento de contatos para a gestão do projeto;
- Realização e gestão de treinamentos;
- Avaliação de serviços ou materiais entregues e realização de pagamentos;
- Gestão de processos seletivos;
- Gestão de estagiários;
- Gestão de empregados;
- Realização de exames médicos admissionais e demissionais;
- Melhoria contínua dos resultados dos serviços da organização;

- Gestão de riscos e garantia de segurança e sustentabilidade para a organização;
- Execução de atos administrativos;
- Gestão de pagamentos;
- Realização de contatos internos e externos;
- Integração entre as figuras que compõem os Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos;
- Gestão de dados de membros de Comitês de Bacias Hidrográficas em função de suas atribuições de secretaria executiva;
- Gestão de banco de dados de fornecedores;
- Gestão do espaço físico;
- Atendimento às NRs - Normas Regulamentadoras - Medicina e Segurança do Trabalho;
- Gestão de responsabilidades;
- Gestão patrimonial;
- Comunicação institucional interna e externa;
- Prestação de contas;
- Realização de acordos de parceria com prefeituras.

3.1. TRATAMENTO DOS DADOS COM O FUNDAMENTO DE LEGÍTIMO INTERESSE

Tratamos dados com fundamento no legítimo interesse visando a melhoria dos processos organizacionais e, a sua segurança. Para cada processo tratado com essa base legal, realizaremos uma LIA, podendo, o titular exercer seus direitos a qualquer momento, enviando uma requisição ao nosso DPO.

4. QUAIS DADOS COLETAMOS OU TRATAMOS

Tratamos diferentes categorias de informações pessoais.

Dado pessoal significa qualquer informação relativa a uma pessoa física identificada ou identificável. Uma pessoa física é considerada identificável direta ou indiretamente quando um dado é associado a um identificador como um nome.

As informações pessoais incluem nome, endereço, número de telefone, registro civil, data de nascimento, entre outros. Informações estatísticas que não podem ser diretas ou indiretamente ligadas entre si – como a popularidade de sites individuais ou o número de usuários de uma página – não são informações pessoais.

Os dados pessoais são tratados apenas na medida do necessário e exclusivamente para finalidades lícitas, prioritariamente aquelas citadas nesta política.

Se você desejar fornecer dados que, ao mesmo tempo, otimizam o uso de nossos serviços, mas não são necessários, é sua decisão.

4.1. OS DADOS TRATADOS INCLUEM

- Dados pessoais comuns (ex.: número de telefone, endereço, RG, CPF, data de aniversário, endereço, entre outros);
- Dados pessoais sensíveis (ex.: Dados de saúde de colaboradores, dados de dependentes menores, laudos e atestados médicos, dados relativos a gênero, religião, opinião política, fotos e biometria);
- Dados em que o titular nos transmite ativa e conscientemente durante o uso de nossos serviços telemáticos (ex.: dados em formulário de contato, empresa que trabalha, cargo, função, etc.);
- Dados que o titular nos envia voluntariamente (ex.: dados excedentes em um currículo).

Além disso, o uso dos nossos sites, aplicativos e serviços, bem como o trânsito em nossas instalações poderão indiretamente recolher os seguintes tipos de dados:

- Imagens de câmera de segurança física de acesso em nossas dependências;
- Dados de conexão técnica, seu endereço IP, data e hora da conexão/uso do serviço de rede. Isto é feito para verificar a autorização de acesso a arquivos, sistema de autenticação do usuário, uso de aplicações/sistemas disponibilizados como recurso de rede de T.I.

4.2. DADOS SENSÍVEIS

A AGEVAP e a AGEDOCE em alguns dos seus processos corporativos tratam determinados dados pessoais, considerados pela legislação como sensíveis, são eles:

- Dados de saúde (laudos médicos, tipo sanguíneo, CIDs, atestados e outros);
- Filiação e dependentes, (menores).
- Biometria;
- Imagem;
- Sexo;
- Raça;
- Opiniões políticas;
- Opiniões religiosas.

4.3. PESSOAS MENORES DE IDADE

O nosso site e os nossos serviços não são destinados a pessoas menores de idade e não recolhemos conscientemente informações pessoais deles.

Caso pessoas menores de 18 anos de idade nos transfiram dados pessoais, isso só será permitido se o seu responsável legal tiver anuído, também, com o consentimento da criança ou do adolescente. Estes dados serão então processados de acordo com esta Política de Privacidade.

Se verificarmos que uma pessoa menor de 18 anos nos enviou informações pessoais sem o consentimento do responsável legal, apagaremos imediatamente as informações.

4.4. ESTAGIÁRIOS E APRENDIZES

Apenas tratamos dados pessoais de menores nas hipóteses em que estes são nossos colaboradores, na forma de estágio ou aprendizagem. Nestas oportunidades os dados são coletados e tratados com o consentimento do menor e de seu responsável legal.

5. QUEM TEM ACESSO AOS SEUS DADOS E PARA QUEM TRANSFERIMOS SEUS DADOS

a) Nossos empregados

O acesso aos dados pessoais tratados por nós é limitado aos nossos empregados e aos provedores e prestadores de serviços contratados por nós, que precisam lidar com esses dados pessoais em razão de suas atividades.

Se terceiros tiverem acesso aos seus dados pessoais, nós obtivemos a sua permissão ou existe uma base legal para isso.

Nossos fornecedores, prestadores de serviços e demais terceiros relacionados devem processar os dados seguindo exclusivamente nossas instruções e

cumprirem os regulamentos de proteção de dados aplicáveis, especialmente a LGPD.

b) Prestadores de serviços

Pessoas jurídicas contratadas para auxiliar a operacionalizar nossos serviços. Nesses casos, somente colaboradores selecionados estarão autorizados a acessar seus dados pessoais.

Todos os terceiros com os quais eventualmente compartilhamos seus dados os tratam para tarefas específicas a eles requisitadas, com base em nossas instruções, mantendo-os confidenciais e seguros.

c) Terceiros que usam seus Dados Pessoais por motivos legais

Compartilharemos seus dados pessoais a terceiros por motivos legais, tais como Ministério Público Federal; Órgãos de Controle; Tribunais de Contas dos Estados e da União; Órgãos Gestores aos quais estamos vinculados por meio de Contratos de Gestão (co-controladores dos dados). Nestes casos, seus dados somente serão compartilhados com eles em razão de uma finalidade específica, tal como uma lei existente ou uma ordem judicial, ou uma obrigação contratual.

d) Transferência internacional de dados pessoais

Atualmente, a AGEVAP e a AGEDOCE estão associadas ao World Water Council – WWC (Fórum Mundial da Água). Além disso, somos parceiros da Agence de l'eau Loire-bretagne e do Office International de l'Eau - OiEau, a Entidade Delegatária da França para os projetos Maru e Interagências. Dessa maneira, transferimos dados pessoais de forma internacional para a União Europeia.

No entanto, nesses casos, adotamos medidas para proteger os seus dados pessoais, como análise da legislação local ou cláusulas contratuais que impõem a esses terceiros a mesma proteção de dados pessoais requerida no Brasil.

Vale lembrar, ainda, que a União Europeia possui legislação vinculante semelhante à LGPD, de nome General Data Protection Regulation (GDPR).

e) Período de armazenamento de dados pessoais

Armazenamos os dados pessoais até o cumprimento das finalidades para as quais foram coletados (por exemplo, no final de um relacionamento contratual, pela sua última atividade, se não houver obrigação contínua ou em caso de revogação do seu consentimento para o processamento de dados).

Podemos, ainda, armazenar seus dados se:

- existir obrigatoriedade de retenção legal;
- os dados ainda forem necessários para exercício de direito ou defesa legal;
- houver legítimo interesse, até o cumprimento do objetivo.

Após o cumprimento de seu objetivo e não havendo outro fundamento para armazenamento, os dados pessoais dos titulares serão eliminados ou eventualmente anonimizados.

Os dados pessoais tratados para as finalidades determinadas neste documento serão mantidos conforme dispõe os princípios da finalidade, adequação e necessidade e, em todo caso, até os objetivos de o tratamento terem sido alcançados.

Os dados pessoais serão tratados enquanto for mantida sua relação junto à Controladora e serão também mantidos pelos prazos prescricionais e

decadenciais aplicáveis. Os dados pessoais poderão, ainda, ser mantidos por prazos superiores para atenção às obrigações regulatórias ou para defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

6. OS SEUS DIREITOS

O titular de dados pessoais tratados por nós, poderá exercer gratuitamente os direitos delimitados na LGPD. Contamos com nosso Encarregado de Dados que estará à sua disposição para todas as questões relativas aos seus dados pessoais tratados por nós. Seus direitos são:

- i. Confirmação da existência de tratamento;
- ii. Acesso aos dados;
- iii. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto da LGPD;
- v. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- vi. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- vii. Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- viii. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- ix. Revogação do consentimento, mediante manifestação expressa do titular, nos termos do §5º, art. 8º da Lei Geral de Proteção de Dados.

Informamos que você tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento de dados pessoais para a finalidade de marketing direto. O direito de se opor a tal tratamento pode ser executado por meio de requisição ao nosso DPO.

6.1. EXERCENDO SEUS DIREITOS

Para exercer seus direitos, solicite diretamente aos nossos Encarregados de Dados (DPOs) através de e-mail.

Para AGEVAP:

E-Mail: encarregado.lgpd@agevap.org.br

Para AGEDOCE:

E-Mail: encarregado.lgpd@agedoce.org.br

Após sua solicitação, na qualidade de titular de dados, nossos encarregados de dados solicitarão algumas informações visando confirmar sua identidade.

7. SISTEMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de Tecnologia da Informação de suporte a processos e atividades que envolvam tratamento de dados pessoais que forem desenvolvidos ou adquiridos pela AGEVAP e AGEDOCE deverão seguir o conceito de *Privacy by Design* e *Privacy by Default*. Portanto, sua adesão à LGPD e a esta Política devem ser observadas desde sua concepção/aquisição.

8. GESTÃO DE INCIDENTES

A AGEVAP e a AGEDOCE, em caso de incidentes envolvendo dados pessoais, contará com o Plano de Gestão de Crise – Incidentes com dados pessoais, relacionados à privacidade de titulares de dados, que contará com os critérios de controle e registro de vazamentos, bem como com o plano de comunicação aos envolvidos e à Autoridade Nacional de Proteção a Dados.

9. METODOLOGIA DE PROJETOS

A metodologia de gestão de projetos da AGEVAP e da AGEDOCE, deverá considerar o conceito de *Privacy by Design e Default*, visando evitar o surgimento de novos processos, atividades, sistemas, práticas, projetos, produtos ou qualquer outra solução que não esteja aderente à LGPD.

10. INVENTÁRIO DE DADOS

O inventário de dados pessoais da AGEVAP e da AGEDOCE é mantido permanentemente atualizado, identificando os tipos documentais e as informações que os contêm, visando seu tratamento (incluindo eventual obtenção de consentimento do titular) em acordo com a respectiva base legal, com adoção do conceito de coleta mínima.

O inventário será revisado anualmente, considerando o contexto de produção ou acúmulo dos documentos e informações.

11. SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS

A AGEVAP e AGEDOCE implementarão todas as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança adequada aos dados pessoais. Todos os empregados são responsáveis por garantir que os dados pessoais que a Entidade Delegatária detém e é responsável, sejam mantidos de forma segura e não sejam sob quaisquer condições divulgados a terceiros, a menos que esse terceiro tenha sido especificamente autorizado pela AGEVAP ou AGEDOCE para receber essas informações mediante acordo ou contrato celebrado.

Os dados pessoais devem ser acessíveis apenas para aqueles que precisam usá-los e o acesso só poderá ser concedido com autorização da AGEVAP ou AGEDOCE.

12. UTILIZAÇÃO DO NOSSO WEBSITE – COOKIES

a) Informações básicas sobre cookies e opções de desativação

Podemos utilizar os chamados “cookies” em algumas áreas do nosso site, por exemplo para reconhecer as preferências dos visitantes e projetar o site de acordo. Com isto facilitamos a navegação e tornamos o site mais agradável na utilização. Os cookies também nos ajudam a identificar áreas particularmente populares do nosso site.

Cookies são pequenos ficheiros que são armazenados no disco rígido de um visitante do dispositivo usado. Eles permitem que as informações sejam armazenadas por um determinado período de tempo e identifiquem o computador do visitante. Para uma melhor orientação do usuário e apresentação de serviços individuais, usamos cookies permanentes.

Também utilizamos os chamados cookies de sessão, que são excluídos automaticamente quando se fecha o navegador. O usuário poderá configurar o seu navegador para informá-lo sobre o posicionamento dos cookies. Isso torna o uso de cookies transparente para o usuário.

Coletamos os dados de conexão técnica para verificar a autorização de ações e a autenticação do usuário solicitante de nossos serviços. Com base legal no art. 10 da LGPD, nosso interesse legítimo é proteger o nosso servidor da web, por exemplo, para nos defender contra-ataques e garantir a funcionalidade dos nossos serviços.

Nós apenas definimos cookies não tecnicamente necessários após o seu consentimento expresso, que pode, naturalmente, ser revogado a qualquer momento.

Utilizamos uma ferramenta de consentimento que prioriza privacidade e usabilidade perante a LGPD. Se o usuário excluir completamente a utilização de cookies, não poderá usar certas funções do nosso site.

Observe que a exclusão de todos os cookies também excluirá os cookies de desativação. O usuário poderá, portanto, ter que os redefinir. Os cookies são ainda vinculados ao navegador, ou seja, devem ser definidos separadamente para cada navegador usado em cada dispositivo.

13. MONITORAMENTO PASSIVO E ATIVO DOS DISPOSITIVOS CORPORATIVOS

Visando promover segurança técnica aos dados pessoais que tratamos, nossos dispositivos corporativos (ex.: computador, celular, etc.) podem estar munidos de sistemas de monitoramento passivo e ativo das atividades, motivo pelo qual é vedado a utilização destes dispositivos para finalidades particulares.

14. RECLAMAÇÕES E DÚVIDAS

Caso tenha qualquer dúvida relacionada com o tratamento dos seus dados pessoais e com os direitos que lhe são conferidos pela legislação aplicável e, em especial, referidos nessa Política, poderá acionar nossos Encarregados de Dados. O titular tem ainda o direito de apresentar uma reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados conforme previsto na LGPD.

O contato de nossos Encarregados de Dados são:

Para AGEVAP:

E-Mail: encarregado.lgpd@agevap.org.br

Para AGEDOCE:

E-Mail: encarregado.lgpd@agedoce.org.br

15. CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Devem ser promovidas, de forma continuada, ações educacionais, de capacitação, sensibilização e conscientização sobre as melhores práticas acerca do tratamento de dados pessoais na AGEVAP e AGEDOCE, bem como ações com ampla divulgação dos riscos e ameaças pela não utilização dessas práticas.

16. ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES

Ocasionalmente, poderemos atualizar esta Política de Privacidade. Solicitamos que reveja periodicamente este documento para se manter atualizado.